



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas – ICH  
Departamento de História – HIS

**Partido de Representação Popular: a convivência entre o fascismo e a  
democracia na redemocratização de 1945**

Mikaella Brenda Chrisóstomo Magalhães

Brasília,  
Setembro de 2022.

Mikaella Brenda Chrisóstomo Magalhães

**Partido de Representação Popular: a convivência entre o fascismo e a  
democracia na redemocratização de 1945**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciado em História, sob a orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Ione Oliveira.

BANCA

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ione de Fátima Oliveira – UnB (orientadora)

Prof. Dr<sup>a</sup>. Albene Miriam Menezes Klemi - UnB

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres - UnB

Brasília,  
Setembro de 2022.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais por terem me proporcionado um ambiente familiar seguro e tranquilo que possibilitou que eu me dedicasse apenas aos estudos durante a infância e adolescência. Agradeço muito especialmente à minha mãe, Isabel, que nunca negou esforços para sustentar três filhas praticamente sozinha por muito tempo e mesmo assim ainda conseguiu dedicar-se, com incentivo e determinação, para que eu pudesse frequentar o ensino superior e adquirir uma profissão mais reconhecida.

O sonho de ter uma filha na Universidade de Brasília era dela, mas as vivências acadêmicas e pessoais adquiridas no campus me fizeram sonhar com um diploma de uma universidade federal. Como diz Raul Seixas “sonho que se sonha só é só sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade!”. Obrigada mãe, por todo apoio.

Às minhas irmãs Isabella, Mel e Anna Sofia que torcem pelo meu sucesso, como assim torço pelo delas, expresso minha gratidão. Quero agradecer ao Alexander, por todo auxílio durante a graduação: desde que o conheci sempre me ajudou em todas as dificuldades e foi essencial durante a minha vida acadêmica.

Agradeço à amiga Camila Vidal que sempre elevou minha autoestima quando imaginava não conseguir terminar esse Trabalho de Conclusão de Curso. Também quero agradecer ao Thiago por toda força, carinho e palavras de incentivo que foram muito importantes nessa reta final.

Aos grandíssimos amigos do coração que fiz na graduação de História, pelo afeto, apoio e crescimento que me proporcionaram. Com eles essa trajetória se tornou muito alegre e prazerosa. Agradeço aos meus professores do ensino médio do Centro Educacional Darcy Ribeiro, no Paranoá, pela semente da educação transformadora que plantaram e que gerou frutos. Foram inspirações para a escolha do curso de licenciatura. Do mesmo modo, sou grata ao corpo docente do Departamento de História da Universidade de Brasília pelos ensinamentos.

Por último, mas não menos importante, agradeço à professora Ione Oliveira, cujas aulas me inspiraram nessa caminhada e por quem nutro grande admiração. Seu auxílio foi parte fundamental para a construção deste trabalho.

Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio.

René Rémond

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Partido de Representação Popular, o qual foi planejado e formado por ex-integrantes da Ação Integralista Brasileira, no processo de redemocratização em 1945, que ocorreu num contexto mundial de movimentos antifascistas e de forte emergência política da sociedade civil. A análise do partido visa a compreensão da sua atuação para o quadro da extrema direita brasileira e as características políticas que a democracia experimentada entre 1945 a 1964 admitiu.

**Palavras-chave:** Partido de Representação Popular; Redemocratização; Integralismo; Plínio Salgado.

## **Abstract**

The present work aims to analyze the performance of the Popular Representation Party, which was planned and formed by former members of the Brazilian Integralist Action, in the redemocratization process in 1945, which took place in a world context of anti-fascist movements and strong political emergency of civil society. The analysis of the party aims to understand its performance for the Brazilian extreme right and the political characteristics that the democracy experienced between 1945 and 1964 admitted.

**Keywords:** Popular Representation Party; Redemocratization; Integralism; Plínio Salgado.

## Sumário

Introdução .....	06
Capítulo 1 - A transição democrática em 1945 .....	10
Capítulo 2 - O Partido de Representação Popular .....	20
Capítulo 3 - O PRP na Imprensa .....	29
Considerações Finais .....	38
Fontes Primárias .....	40
Referências Bibliográficas.....	42

## Introdução

Ao estudar a História do Brasil nos deparamos com fenômenos políticos que habitam tanto o passado analisado quanto o presente que está sendo vivido e/ou experimentado. Na história política brasileira, posicionamentos e ações autoritárias ainda são recorrentes e podem refletir na atualidade as decisões tomadas anteriormente que foram permitidas através do Estado Democrático de direito que estava sendo construído.

A redemocratização de 1945 no Brasil ocorreu durante um contexto mundial de movimentos antifascistas, fim da Segunda Guerra Mundial e de forte emergência política da sociedade civil. No Brasil, a experiência do fim do Estado Novo e o início da redemocratização revelaram sujeitos históricos que emergiram com projetos diferentes para a construção dessa nova democracia.

Esse trabalho monográfico analisará a organização do Partido de Representação Popular (PRP), formado por ex-integrantes do Movimento Integralista (1932-1938). Essa rearticulação demonstrou vários aspectos contraditórios que a redemocratização de 1945 admitiu. Apesar de ter sido colocado de lado nos estudos sobre os partidos do processo democrático entre 1945 e 1964, talvez pelo baixo rendimento eleitoral que alcançou, talvez por ser um partido reacionário, não podemos negar sua estrutura nacional e atuação no quadro da extrema direita brasileira.

O PRP foi articulado a partir do primeiro semestre de 1945. Ainda que discretamente, os antigos integralistas trocavam correspondências com Plínio Salgado, que estava vivendo exilado em Portugal, para buscar instruções do chefe integralista para a formação do partido.

A conjuntura internacional e o posicionamento do governo brasileiro após a segunda guerra mundial explicam como o PRP e suas ideias fascistas foram aceitos pela nova democracia brasileira. Com a polarização mundial entre as potências capitalistas e comunistas, os apoios e as rivalidades ideológicas ganharam destaque e os ideais anticomunistas e reacionárias de Plínio Salgado e de seus correligionários, agregados no PRP, reverberaram na experiência da liberal-democracia brasileira. Deste modo, analisar as posições dos governos brasileiros ante as importantes disputas geopolíticas internacionais pode ser significativo para compreender como a nova democracia convivia com os discursos de aspirações fascistas.

A escolha do partido como objeto de estudo foi motivada pelas poucas análises sobre as agremiações com menor número de filiados, eleitores e participação parlamentar no

multipartidarismo durante a Terceira República, uma vez que os partidos com maior representação político-eleitoral foram priorizados nas pesquisas, a saber, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O fato de o PRP ter defendido pressupostos antidemocráticos e não ter obtido grandes resultados eleitorais não é razão para menosprezarmos seu programa, suas lideranças, sua organização nacional, suas coligações com outros partidos conservadores, suas ideias autoritárias e seus componentes espiritualistas.

A pesquisa sobre o programa do partido foi realizada no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).<sup>1</sup> Ao mesmo tempo escolhemos no site da Hemeroteca Digital, sob a guarda do Arquivo Nacional, jornais que deram destaques ao partido, utilizando como critério de busca o termo Partido de Representação Popular. Os dois jornais selecionados foram o **Diário de Notícias**<sup>2</sup> e o **Correio da Manhã**<sup>3</sup>, ambos publicados no Rio de Janeiro.

Entretanto maiores conhecimentos sobre a estrutura partidária, a documentação dos Diretórios Nacional, Estaduais e Municipais do PRP e até mesmo as informações pessoais sobre Plínio Salgado foram extraídas das referências bibliográficas encontradas. Os estudos de Gilberto Calil<sup>4</sup> e Márcia Carneiro<sup>5</sup>, que analisam mais profundamente o Partido de Representação Popular, foram fundamentais para a compreensão dos detalhes e das dinâmicas sobre a organização. Lançar mão de pesquisas produzidas a respeito do tema foi a solução encontrada para driblar as dificuldades de acesso aos documentos disponíveis no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, no estado de São Paulo, que guarda o Fundo Plínio Salgado. Como o Arquivo não disponibiliza acesso por meio digital e boa parte deste TCC foi produzido durante a pandemia da Covid-19 tornou-se inviável a pesquisa documental.

---

<sup>1</sup> Disponível em Partido de Representação Popular. Disponível em [https://www.tse.jus.br/hotsites/registro\\_partidario/prp/arquivos/diretorioNacional.pdf](https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/prp/arquivos/diretorioNacional.pdf). Acesso em 18/10/2021; Programa do Partido de Representação Popular. Disponível em [https://www.tse.jus.br/hotsites/registro\\_partidario/prp/arquivos/programa.pdf](https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/prp/arquivos/programa.pdf). Acesso 30/09/2021; e <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acesso em 18/10/2021.

<sup>2</sup> Ver <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-noticias/093718>.

<sup>3</sup> Ver <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>.

<sup>4</sup> CALIL, Gilberto Grassi. O Integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa. Niterói: Tese de Doutorado, 2005.

<sup>5</sup> CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas. Niterói: Tese de Doutorado, 2007.

Como se trata de um trabalho de história política, a pesquisa visa estabelecer diálogos com René Rémond<sup>6</sup> e Serge Berstein<sup>7</sup> para compreender a definição de partido político, sua função e natureza na sociedade, além da atuação política como expressão de uma identidade coletiva.

De acordo com Berstein, entendemos o partido político como organismo vivo, o qual sustenta uma cultura política compartilhada entre os seus membros e que dá origem a uma tradição. Essa cultura política concebemos como a base de toda organização política que pode ser observada através do discurso. O autor elenca alguns critérios que permitem definir o que é um partido em relação a outras forças políticas, que são: a duração no tempo, a extensão no espaço, a aspiração ao exercício do poder e a vontade de buscar o apoio da população.<sup>8</sup>

Compreendemos que o partido político não nasce simplesmente da decisão de seus criadores e apenas tem chance de sobreviver se responder de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade.

No primeiro capítulo analisamos o processo de redemocratização de 1945, contextualizando os movimentos que levaram ao fim do Estado Novo e as orientações propostas para a construção da nascente democracia, elencando suas principais características e limites. Em conjunto com a produção historiográfica acerca da redemocratização de 1945 e seus aspectos de continuidade e/ou ruptura com o período discricionário anterior.

No segundo capítulo examinamos o Partido de Representação Popular em sua formação, os princípios do programa do partido e dos integrantes que o fundaram, quais eram as pessoas e em que campo político atuavam, e, também, o que permaneceu da estrutura de organização da Ação Integralista Brasileira no PRP.

No terceiro e último capítulo investigamos como o Partido de Representação Popular foi recebido pela imprensa nesse período de abertura democrática. A rearticulação dos ex-integrantes da Ação Integralista Brasileira foi denunciada em vários jornais do período como uma organização fascista.

Ao analisar os discursos do partido, percebemos que ora seus integrantes se afirmavam como atores políticos diferentes do que tinham sido no Movimento Integralista e tentavam se desgrudar dessa concepção já formada para angariar votos e se estabelecerem num contexto em que a sociedade denunciava atitudes e discursos fascistas, ora se utilizavam

---

<sup>6</sup> RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>7</sup> BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp.57-98.

<sup>8</sup> BERSTEIN. **Op. Cit.**, p. 62-63.

da memória integralista para firmar o histórico político e trazer para perto aqueles que tinham em seus imaginários o “sonho” integralista. Enfim, os três capítulos dessa pesquisa se fazem necessários para compreender a ambiguidade não somente dos discursos, mas também das mediações políticas presentes dentro do Partido de Representação Popular.

## Capítulo 1 – A transição democrática em 1945

A experiência democrática vivida no Brasil entre 1945 e 1964<sup>9</sup>, iniciada com o fim do Estado Novo, é notável por ter tido uma transição paradoxal. A autora Lucília de Almeida Neves Delgado chama essa transição de “permanência na mudança”.<sup>10</sup> Sendo assim, esse capítulo pretende produzir uma análise sobre o processo de redemocratização a partir da concepção de continuidades e/ou rupturas. Gilberto Grassi Calil, ao identificar os diferentes projetos políticos que disputavam a condução desse processo, compreendeu que a transição brasileira de 1945 pode ser classificada como “democracia pelo alto”, pois foi mantida a grande parte da estrutura institucional constituída pelo Estado Novo.<sup>11</sup>

O Estado Novo, sob a liderança de Getúlio Vargas, foi implantado em 10 de novembro de 1937 e se encerrou em 29 de outubro de 1945 com a sua deposição. Após incessantes combates anticomunistas, forjaram acusações nas quais denunciavam um levante comunista no país: o Plano Cohen causou alvoroço entre a população e a elite política brasileira, abrindo assim o caminho para o golpe de Estado arquitetado por Vargas e forças civis e militares autoritárias.

Entretanto, vale ressaltar que o combate ao comunismo não foi o único fator relevante para a efetivação do golpe de 1937. Aspásia Camargo (e outros autores) o define como silencioso porque foi o desfecho de inúmeros conflitos que se desenrolaram durante a década de 1930 que “foram se acomodando gradualmente em composições sucessivas, por isso mesmo foi silencioso, quando chegou, não encontrou resistências”.<sup>12</sup>

A ditadura de Vargas foi representada pela figura de uma liderança única, responsável por tutelar o Estado, de natureza autoritária e nacionalista. O Estado Novo se sustentou com a criação de um sistema de repressão, censura e propaganda política, a adoção da supressão dos partidos políticos e a proibição do direito ao voto. Notável pilar de legitimação de Vargas como ditador foi a ampliação dos direitos trabalhistas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Justiça do Trabalho, e o desenvolvimento da indústria de base. A

---

<sup>9</sup> O ano de 1945 é marcado pelo fim do Estado Novo, com a deposição de Getúlio Vargas e o início da democratização do país. O modelo constitucional de 1946 estruturou o estado democrático de direito junto à sociedade brasileira até 1964, quando ocorreu o golpe civil-militar e o início da ditadura militar no Brasil.

<sup>10</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p.129.

<sup>11</sup> CALIL, Op. Cit., p. 23.

<sup>12</sup> CAMARGO, Aspásia e outros. **O golpe silencioso. As origens da República corporativista.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989, p. 249.

estrutura do Estado Novo e a atuação de seus atores se escoraram no corporativismo como categoria central, organizando sindicatos patronais e de trabalhadores por categorias e regulamentando a legislação trabalhista.

Os quase oito anos de Estado Novo produziram mudanças nas relações políticas, culturais e socioeconômicas no Brasil que permaneceram após à derrocada do regime. Aspásia Camargo (e outros autores) aponta algumas heranças deixadas pela ditadura varguista ao período democrático. Dentre elas, enumera a prática sistemática da tortura, o crescimento gradual do poder dos militares, a precarização da estrutura jurídico-política, as alianças e os rompimentos das elites políticas brasileiras com o estado democrático de direito de acordo com seus interesses, bem como a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários.<sup>13</sup>

A população menos favorecida, que trabalhava todo dia para sobreviver, guardava na memória a lembrança do significado das relações entre o capital e o trabalho, antes dos direitos trabalhistas assegurados por Vargas. As garantias da redução da jornada de trabalho, o direito às férias remuneradas, a regulamentação do trabalho do menor e da mulher, entre outros foram essenciais para a ampliação dos direitos sociais no Brasil. Os direitos sociais, destacando especialmente os trabalhistas e previdenciários, assumiram posição estratégica para a conquista da cidadania, reforçados pela fragilidade dos direitos civis e pelo desrespeito ou mesmo total desprezo aos direitos políticos.

Ângela de Castro Gomes, no livro **Cidadania e Direitos do Trabalho**, afirma que os direitos sociais ocupam uma posição central na história da cidadania brasileira, sendo identificados pela população como expressão de justiça social e obrigação fundamental do Estado, mas não contribuíram necessariamente para o avanço da democracia política.<sup>14</sup>

No entanto, em meados de 1945 a ditadura varguista sofreu desgastes com as mobilizações oposicionistas que reivindicavam a conquista de liberdades democráticas. Importante ressaltar que no mesmo ano a comunidade internacional vivenciava o fim da Segunda Guerra Mundial e o crescimento dos movimentos em prol da democracia, após a ascensão de regimes fascistas na Europa entre as décadas de 1920 e os primeiros anos da década de 1940. Getúlio Vargas se enfraquecia, perdendo a base de sustentação de seu poder, e o Brasil se encontrava numa situação contraditória entre a vitória contra o fascismo na Europa e lidando com uma ditadura de moldes fascistas dentro do próprio país. Vargas, então,

---

<sup>13</sup>CAMARGO e outros. **Op. cit.**, pp. 240-247.

<sup>14</sup>GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 12.

teve que reconhecer a anistia dos presos políticos e exilados, banir a censura, permitir a volta dos partidos políticos e marcar eleições.

Gilberto Calil afirma que a oposição liberal atuou para ter o controle do processo de abertura política no Brasil, com a proposta de uma democracia limitada socialmente. Esta frente de oposição reuniu membros das oligarquias regionais, que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945 e os liberais fundadores da União Democrática Nacional (UDN), partido que teve importante atuação durante a redemocratização e no período democrático até o golpe civil-militar de 1964. Além dessa oposição que mais se destacou quando falamos de redemocratização em 1945, existiu também a oposição formada por estudantes, intelectuais e operários, que no início dos anos de 1940 denunciava o autoritarismo do Estado Novo, como enfatiza Calil:

Quando se afirma que a democratização brasileira foi resultado da contradição na qual passou a se encontrar o governo brasileiro ao declarar guerra ao nazi-fascismo internacional, é necessário acrescentar que esta contradição não era “natural” ou “evidente”, até que as mobilizações populares estabelecessem os nexos lógicos entre a luta contra o nazi-fascismo e a necessidade de derrotar o autoritarismo interno. E estes nexos foram estabelecidos pelas mobilizações antifascistas ao vincularem a defesa da entrada do Brasil no conflito e a denúncia política dos regimes fascistas ao caráter ditatorial do Estado Novo [...] A vinculação entre a luta contra o nazi-fascismo internacional e a necessidade de democratização brasileira começou a ser construída pelas passeatas, marchas e concentrações que ocorreram durante todo o ano de 1942.<sup>15</sup>

Dada às circunstâncias do jogo político, Vargas buscava estratégias para guiar a transição para um regime constitucional e manter a permanência do seu poder através dos projetos trabalhistas, pois o governo tinha apoio expressivo de parte da população brasileira. Vargas, mesmo com a ditadura fatigada, tinha a intenção de guiar o processo de transição definindo as etapas e as regras do jogo político.

Uma das estratégias essenciais de Getúlio para compreender as tensões durante esse processo de transição foi o fortalecimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1944, o governo varguista vinha perdendo o apoio dos empresários e das elites agroexportadoras e percebia como inevitável a mudança institucional, mas mesmo assim Vargas buscou fortalecer sua base de apoio popular e tentou protelar a convocação das eleições.

No começo do ano de 1945, Vargas assinou o Ato Adicional à Constituição de 1937 determinando que a data das eleições fosse definida em três meses para a Câmara Legislativa

---

<sup>15</sup> CALIL. Op. Cit., p. 28.

e para a presidência da República.<sup>16</sup> Antes mesmo da assinatura do Ato, a oposição liberal já havia lançado à presidência o brigadeiro Eduardo Gomes, comandante da Força Aérea Brasileira. Vargas, no mês de março, declarou que não se candidataria à presidência e posteriormente apoiou a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, que era seu ministro da Guerra. De acordo com Lilia M. Schwarcz:

O apoio pode ter sido dado a contragosto, mas a candidatura de Dutra tinha grande utilidade na definição de sua estratégia política: servia bem para dividir as Forças Armadas, reduzia o apoio eleitoral de Eduardo Gomes e desviava do foco de atenção dos adversários a movimentação continuísta desenvolvida pelo Palácio do Catete.<sup>17</sup>

O processo de transição ficava cada vez mais nítido e a liberdade de funcionamento das organizações partidárias marcava o início do retorno dos direitos políticos. No dia 28 de maio de 1945, o decreto-lei nº. 7.586, conhecido como Lei Agamenon Magalhães, estabeleceu como condição obrigatória o caráter nacional para o registro de qualquer partido político e definiu as eleições presidenciais para 02 de dezembro.<sup>18</sup> Essa lei foi essencial para atender às reivindicações do pluralismo político e da abrangência nacional dos partidos, duas características que atuaram com vigor durante a democracia experimentada entre 1945 a 1964. Entretanto, a competição pluralista se desvaneceu e se concentrou em três partidos, detentores das maiores expressões políticas na época: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).

A UDN surgiu como uma frente que tinha como finalidade a oposição efervescente contra a ditadura estadonovista e, principalmente, a Getúlio Vargas. Considerado como o “partido da redemocratização”, reunia variados grupos, alguns antagônicos, mas em torno de um objetivo em comum: fazer oposição a Vargas e ao seu legado. De acordo com Benevides essa frente<sup>19</sup> foi formada pelas oligarquias destituídas com a Revolução de 30, os antigos aliados de Getúlio marginalizados depois de 1930 e 1937, os que participaram do Estado

<sup>16</sup> Ver Decreto-lei nº. 7.586. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del7586.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7586.htm). Acesso em 29/09/2021.

<sup>17</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 386.

<sup>18</sup> Ver Ato Adicional. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ato-adicional#:~:text=Lei%20complementar%20promulgada%20por%20Get%C3%BAlio,instituindo%20outras%20medidas%20de%20redemocratiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 29/09/2021.

<sup>19</sup>Conforme Maria Victória Benevides, “a frente única em torno da UDN fora realmente uma frente e não um partido, isto é, tinha objetivos comuns transitórios e não organizacionais”. Ver BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 58.

Novo e se afastaram antes de 1945 e os grupos liberais com uma forte identificação regional.<sup>20</sup>

Conforme cita Calil, o PTB e o PSD nascem praticamente juntos após a tentativa frustrada da ditadura estadonovista de formar um partido que reunisse os trabalhadores e as lideranças políticas regionais de sustentação do Estado Novo. Todavia a organização dos comunistas, agregada no Partido Comunista do Brasil, e das demais oposições fizeram com que Getúlio e seus apoiadores estruturarem dois partidos de composições sociais diferentes, entretanto ligados à liderança de Vargas.<sup>21</sup>

O PTB tinha como sua base política mais forte o trabalhismo, alicerce do projeto de Vargas, e nasceu em torno das lideranças dos sindicatos registrados junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sob a coordenação do ministro Marcondes Filho. O trabalhismo tinha como novidade a identificação com a questão social diante das dificuldades socioeconômicas dos trabalhadores no Brasil, para isso eles apoiavam a intervenção do Estado e a defesa da legislação social.<sup>22</sup>

O PSD reunia a parcela dos políticos de projeção estaduais e nacional que apoiava Vargas. Nesse sentido, “constitui-se desde o início como partido elitista, pouco permeável e controlado por lideranças políticas oligárquicas...”<sup>23</sup> O PSD defendia a manutenção da máquina estadonovista e a redemocratização. Como afirma Lilia Schwarcz, era um partido de profissionais, com prestígio regional e realizava táticas de acordos e alianças.<sup>24</sup>

As demais organizações partidárias criadas em 1945 foram: o Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Republicano (PR), Partido Libertador (PL), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Social Progressista (PSP), Partido Popular Sindicalista (PPS) e o Partido de Representação Popular (PRP). Este foi o último a ser registrado em 09 de outubro de 1945, após alcançar 15.000 assinaturas: pela Lei Agamenon Magalhães era obrigatório à apresentação de no mínimo 10.000 assinaturas.

---

<sup>20</sup> BENEVIDES, Maria Victória. **Op. Cit.**, p. 58.

<sup>21</sup> De acordo com Gilberto Calil (**Op. Cit.**, p.54 apud Ângela de Castro Gomes, **A invenção do trabalhismo**. 1998, p. 307) O desfecho final dos partidos situacionistas foi feito sobre pressão das oposições, sendo que só no início de 1945 se estabeleceu a hipótese de que as forças ligadas à Vargas se mobilizassem em duas e não apenas uma organização partidária. Nesse sentido, o PTB nasceu ao mesmo tempo em que o PSD, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo.

<sup>22</sup> Ver Partido Trabalhista Brasileiro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>. Acesso em 29/09/2021.

<sup>23</sup>CALIL. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>24</sup> SCHWARCZ. **Op. cit.**, p. 393.

Esses partidos apesar de terem tido pouca expressão nacional se comparados com o PSD, o PTB e a UDN, foram importantes para a defesa e manutenção do pluripartidarismo que foi uma das bases para a redemocratização. É necessário fazer um adendo sobre a consideração do PCB como um partido inexpressível no cenário nacional, pois a sua atuação, especificamente entre os anos de 1945 e 1946, angariou muitos adeptos e votos ao partido.<sup>25</sup>

Com o Estado Novo enfraquecido e as oposições ganhando cada vez mais espaços na mídia, nos comícios e eventos políticos, a permanência de Vargas no poder se tornava incerta. Concomitante à derrocada da ditadura, os trabalhadores urbanos começaram a protestar a favor de Getúlio. As palavras de força como “Nós queremos Getúlio”, “Viva os Trabalhadores”, “Viva Getúlio”, proclamadas em meio aos protestos, deram início ao Movimento Queremista, de demanda popular, que tinha como apelo a defesa dos direitos que garantiram a cidadania social dos trabalhadores obtida a partir da década de 1930.

O Queremismo foi um movimento curioso. No ápice do processo de democratização política, os ideais políticos manifestados pelos assalariados, trabalhadores e as pessoas que eram consideradas pobres ocuparam um espaço muito temido pela oposição ao varguismo: “caí a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador... Os trabalhadores exigiam a permanência de Vargas no poder”.<sup>26</sup> O receio dos manifestantes com a queda de Vargas era a revogação do conjunto de leis de proteção ao trabalho e a suspeita em torno dos que se preparavam para assumir o poder: de que com eles os benefícios se voltariam apenas para um lado – o do patrão.

O Movimento Queremista demonstrou a força política da conquista dos direitos trabalhistas na vida dos grupos sociais urbanos. A relação entre os assalariados e Vargas era uma via de mão dupla, em que “ficava entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição”<sup>27</sup>. Foram justamente essas respostas da sociedade que evidenciaram o prestígio a Vargas. Jorge Ferreira explica a questão:

O “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por

---

<sup>25</sup> Iedo Fiúza, candidato do PCB à presidência da República nas eleições de 2 de dezembro, obteve 569 mil votos, ou seja, 10% do total, contra 55% do candidato apoiado por Vargas, o general Eurico Dutra, e 35% do candidato da oposição, o brigadeiro Eduardo Gomes. Nas eleições para a Constituinte, o partido conseguiu o apoio de 9,7% do eleitorado e elegeu 14 deputados e um senador. Ver Partido Comunista Brasileiro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb> Acesso em 29/09/2021.

<sup>26</sup> FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática:** da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.

<sup>27</sup> FERREIRA. **Op. cit.**, p. 32.

mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas – e o movimento que decorre dele, o *queremismo* – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.<sup>28</sup>

O movimento *Queremista* garantiu a Vargas uma significativa base de apoio político e a oposição que planejava liderar a transição sem a participação popular temia essas mobilizações justamente por terem colocado os trabalhadores dentro do cenário político no processo de abertura da democracia. Aliás, é essencial destacar que o movimento que se iniciou com contestações públicas nos comícios da oposição, passou a ter um discreto suporte oficial de um órgão do Ministério do Trabalho, o Departamento Nacional do Trabalho, que tinha como diretor Segadas Viana, também fundador do PTB.

De acordo com Calil, existia por parte dos liberais e autoritários, em meados de 1945, uma expectativa de que o mecanismo para a democracia poderia se ajustar com Vargas ainda à frente do governo. Porém, o apoio popular dado ao ditador foi mais do que suficiente para que os opositores reconhecessem a urgência de tirá-lo do poder. Diante disso, “a impossibilidade de conduzir as mobilizações populares foi uma decepção surpreendente para os “liberais”<sup>29</sup>.

No dia 29 de outubro, mesmo com o processo eleitoral em andamento, Vargas foi deposto por seus ministros militares através de um golpe. A deposição de Vargas legou uma característica de continuidade em um contexto em que preliminarmente pretendia-se uma ruptura, pois a perspectiva de fim de uma ditadura instaurada por um golpe foi consumada através de outro, pelo receio da elevada participação popular.

Todavia, para a elite política e militar que ambicionava o controle desse processo, depor Vargas era uma forma de alterar a estrutura socioeconômica. Assim, o estabelecimento da democracia não era por si mesmo o objetivo principal, mas a restauração de princípios socioeconômicos liberais. Como resume Calil:

[...] a deposição de Vargas teve como objetivo a continuidade da política autoritária e excludente, imposta pelo mesmo autoritarismo militar que sustentou o golpe do Estado Novo em 1937. Ambos os golpes foram, emblematicamente, protagonizados pelos mesmos generais: Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> FERREIRA. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>29</sup> CALIL. *Op. cit.*, p. 59.

<sup>30</sup> CALIL. *Op. cit.*, p. 62.

Agora com Getúlio fora da competição presidencial e próxima da data da eleição, a UDN tinha a candidatura de Eduardo Gomes definida quando Vargas e o PTB, após negociações com a liderança pessedista, declararam seu apoio formal ao general Eurico Gaspar Dutra, candidato pelo PSD, que venceu o pleito eleitoral em todo o país.

Durante o governo Dutra ficaram estabelecidos alguns paradoxos presentes durante todo o processo da experiência democrática que foi interrompida em 1964. Em 1946 não era somente o Brasil que vivenciava algumas mudanças, mas toda a conjuntura internacional se alterava com a Guerra Fria (o conflito político-ideológico entre os Estado Unidos da América e a União Soviética), em que os cálculos geopolíticos faziam toda a diferença. No continente americano o Brasil era de interesse estratégico para os EUA, que temiam a ascensão de um governo que abrisse caminho para os comunistas brasileiros. O governo de Dutra tratou de tranquilizar os norte-americanos com a adoção de uma política de alinhamento com o bloco capitalista, rompeu quaisquer relações com a União Soviética e declarou os comunistas como os maiores opositores.

A Constituição de 1946 incluiu o caráter tutelar da legislação trabalhista e manteve o sindicalismo corporativo. Inclusive é importante destacar que Dutra interviu bastante para impedir que a autonomia sindical fosse adicionada à Constituição e obteve sucesso com o decreto antigreve<sup>31</sup> e a definição da Justiça do Trabalho como a área responsável pela resolução dos conflitos trabalhistas. Na Constituição de 1946, Dutra encontrou espaço para praticar repressão sem que a ferisse.

Manteve as medidas restritivas de segurança nacional e repôs a exigência da democracia, do exercício dos direitos políticos e do pluralismo partidário, entretanto tal pluralismo não admitia a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB), que em um breve período de legalidade realizou uma significativa campanha presidencial, conseguiu angariar 600 mil votos, ficou em terceiro lugar na eleição presidencial de 1945 e elegeu uma bancada de 15 Constituintes. O que, certamente, aterrorizou as elites brasileiras, que só se tranquilizaram após a cassação do PCB, como explica Carlos Fico:

Tais vitórias encheram de temor a elite brasileira, que só descansou depois que viu Dutra fechar o PCB (atuaram no episódio como denunciantes, parlamentares obscuros e, como “corte”, o Supremo Tribunal Federal), demandar a cassação dos parlamentares eleitos (serviço feito, em 1948, pelo próprio Congresso

---

<sup>31</sup>O Decreto-lei nº. 9.070, conhecido como Lei antigreve, foi estabelecido em março de 1946, dispunha sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho, dando ao governo condições de declarar qualquer greve ilegal. Conforme Gilberto Calil “Como a Constituição [promulgada em setembro de 1946] remeteu a regulamentação do direito de greve para legislação complementar, o Decreto-lei nº. 9.070 seguiu regulando as relações de trabalho, e assim permaneceu durante todo o período democrático, até 1964”. CALIL. Op. cit., p. 74.

Nacional) e romper relações diplomáticas com a URSS, obrigação que Dutra conseguiu desempenhar sozinho. Em 1947, o Ministério do Trabalho interveio em sindicatos e fechou a CGTB, e episódios de truculência policial contra as manifestações sociais continuaram corriqueiros – como o foram e o seriam durante todo o período republicano. De modo que se pode falar de “redemocratização”, ao menos para contrastar o período discricionário anterior, mas trata-se de “democracia relativa”, como diria outro general-presidente décadas depois.<sup>32</sup>

Entre outras características, a Constituição de 1946 não alterou a sociedade brasileira, pois ela reuniu em si os decretos das duas anteriores, a de 1934 e a de 1937. No caso ela apenas reordenou o mecanismo político-institucional, o que explica o termo “permanência na mudança” da autora Lucília de Almeida Neves Delgado. O governo Dutra na historiografia estudada para essa pesquisa foi avaliado como uma experiência de normalidade democrática em que houve o exercício de formação e atuação de projetos políticos e de sujeitos históricos; porém a atuação dos operários, trabalhadores, os setores médios urbanos, militares de baixa patente, entre outros, só se fortaleceu no final da década de 1950, pouco antes do início de outra ditadura no Brasil.

O governo Dutra foi mais caracterizado pelo extremo reacionarismo. A manutenção da ordem se dava através da repressão aos movimentos sociais, sendo assim, é válido afirmar que para usufruir o direito político existiam limites que eram mais estabelecidos para um grupo do que para outro. A repressão estava sempre pronta para impedir protestos dos comunistas, e em particular, dos trabalhadores em geral<sup>33</sup>. Entre o governo Dutra e a derrubada de João Goulart, efetivou-se a interferência cada vez maior dos militares na vida política republicana, o que resultou em um golpe civil-militar em 1964. À vista disso que vários autores consideram uma democracia com limites, ou pelo “alto” a experiência democrática de 1945-1964.

Como Calil afirma a democracia que se iniciou com o Governo Dutra não foi uma expressiva experiência democrática, pois as aspirações de liberais e autoritários, que atuavam fortemente pela manutenção do poder em prol da elite política e econômica, exerceram forte mecanismo de controle social. O autor cita que foi criado um conceito de “democracia defensiva” em que se fazia necessário suprimir ideias que poderiam ser consideradas subversivas ou obstáculos para efetivar a democracia liberal que estava sendo construída. Calil explica:

---

<sup>32</sup> FICO, Carlos. O Brasil no contexto da guerra fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 2000, pp. 169-170.

<sup>33</sup> SCHWARCZ. **Op. cit.**, p. 398.

A polarização democracia/fascismo que demarcava as posições no ano de 1945 perdia sentido, na mesma medida em que o anticomunismo retornava como elemento articulador do discurso político governamental, recolocando a contradição fundamental capital/trabalho. Assim, foi produzida uma Constituição “liberal” marcada por disposições restritivas, readaptando a estrutura institucional corporativista montada durante o Estado Novo. É revelador o conceito de “democracia defensiva” que se cria, segundo o qual democracia para sobreviver deveria necessariamente impedir a expressão de idéias supostamente “antidemocráticas”, conceito que embasa, por exemplo, o parágrafo 13 do artigo 151 da Constituição de 1946, que restringiu a organização partidária.<sup>34</sup>

Apesar de definir que a democracia que se vivenciava no Brasil a partir de 1945 não foi plena e teve suas limitações e seus problemas, também não é possível afirmar que a Constituição de 1946 e os anos de seu exercício político possam ser determinados como novos simplesmente por ter sido estabelecido ao fim de uma ditadura e início do estabelecimento do respeito mínimo às formalidades democráticas.

Os mecanismos de controle social que foram estabelecidos, principalmente sobre os trabalhadores, exemplificam que o direito político limitado (atrelado à volta do sistema pluripartidário de bases nacionais e ao exercício do direito ao voto) que se adquiriu foi mediano no sentido da atuação democrática popular.

Os diferentes grupos políticos que atuaram no contexto da democratização detinham diferentes concepções de democracia. A forte disputa pelo poder expressou a adesão de diferentes sujeitos políticos e o partido que será analisado a seguir, o Partido de Representação Popular (PRP), atuou justamente na formulação de um imaginário democrático que se admitia possível nos anos de experiência democrática, particularmente a partir de meados da década de 1940 no Brasil.

---

<sup>34</sup> CALIL. Op. cit., p. 95.

## Capítulo 2 – O Partido de Representação Popular

Seguindo a lógica do primeiro capítulo sobre continuidades e/ou rupturas, o Partido de Representação Popular registrado em 09 de outubro de 1945, curiosamente o último a conseguir o registro provisório junto ao TSE durante o processo de redemocratização naquele ano, foi coberto pela dualidade dos seus posicionamentos políticos principalmente por ter sido fundado por ex-integrantes do movimento integralista. Dado o contexto explicado anteriormente, o ambiente era hostil para a reestruturação de um partido com o histórico de mobilizar diversos grupos sociais e de caráter fascista.

O Partido de Representação Popular se manteve atuante até 1965, quando o Ato Institucional nº. 2 extinguiu o sistema pluripartidário criado em 1945. A “Lei Agamenon Magalhães”, publicada em 28 de maio de 1945, foi o pontapé inicial para a organização do multipartidarismo da democracia vigente até 1964. O decreto-lei estabelecia condições obrigatórias para o registro partidário, como: o funcionamento em cinco ou mais estados da federação (atuação em âmbito nacional), o referendo inicial de pelo menos dez mil eleitores e a personalidade jurídica de acordo com o Código Civil. Isto é, da mesma forma que qualquer associação privada.<sup>35</sup> Foram registrados 30 partidos políticos em 1945, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral.<sup>36</sup>

Apesar de ter sido pouco analisado se comparado aos demais partidos políticos a partir de 1945, não se pode negar a estrutura nacional e sua importância por abrigar a militância da direita brasileira. O programa do PRP está acessível no site do TSE. Entretanto, a documentação a respeito da estrutura partidária, dos diretórios municipais, estaduais e nacional e das informações sobre a vida privada de Plínio Salgado não estão digitalizados e, conseqüentemente, indisponíveis virtualmente. Estes documentos estão sob a guarda do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, no estado de São Paulo. A pandemia da covid-19 inviabilizou a consulta ao arquivo e, por isso, a pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso foi realizada com base na produção historiográfica já produzida sobre o assunto.

O PRP começou a ser articulado a partir do primeiro semestre de 1945 pelos antigos integralistas. Ainda que discretamente, trocavam correspondências com Plínio Salgado, que

---

<sup>35</sup> Conforme Lucilia Delgado, “essa medida rompeu, de forma definitiva, com a velha tradição brasileira de estruturação partidária regional, que durante anos consecutivos alimentou o poder das oligarquias estaduais”. DELGADO, **Op. cit.**, p. 132.

<sup>36</sup> Disponível em <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acesso em 28/09/2021.

vivia exilado em Portugal desde 1939, para buscar instruções da principal liderança integralista para a formação do partido.

O integralismo no Brasil se concretizou ao longo da década de 1930 no contexto de ascensão dos modelos políticos antiliberais e autoritários de direita em diversos países. Após uma viagem ao Oriente Médio e à Europa, o intelectual e jornalista Plínio Salgado ficara positivamente impressionado com o fascismo italiano e com Mussolini. Junto com outros intelectuais simpáticos ao fascismo, Salgado criou em 07 de outubro de 1932 a Ação Integralista Brasileira (AIB) com o objetivo de fazer dela uma organização nacional como muitos filiados, dispostos a promover mobilizações e difusão de suas ideias. Como partido, o movimento integralista adotou o lema “Deus, Pátria e Família” e defendiam o estabelecimento de um Estado corporativo, autoritário e nacionalista.<sup>37</sup>

Desde a década de 1920, Plínio Salgado já era reconhecido como um escritor no movimento modernista. Márcia Carneiro afirma que suas raízes integralistas podem ser encontradas nas produções literárias que já possuíam um apelo nacionalista e uma visão de Estado autoritário para a sociedade brasileira como, por exemplo, no Manifesto Verde-Amarelo.<sup>38</sup>

Isto confirma que as ideias fascistas de Plínio para a construção da nação, não nasceram somente do encontro com Mussolini, mas já vinham sendo desenvolvidas. De acordo com Héglio Trindade, o movimento integralista se baseava principalmente em três

---

<sup>37</sup> Importante fazer um adendo de que o recurso ao autoritarismo para a resolução dos problemas da nação não foi algo exclusivo da Ação Integralista Brasileira, como cita Carneiro: "A solução autoritária para os problemas brasileiros era proposta por vários setores da sociedade brasileira, dos tenentes, das camadas médias urbanas e de algumas frações das classes proprietárias que estavam colocadas a arte dos pactos da sociedade política. Além do entendimento de que era preciso a supressão dos regionalismos e empreender a centralização autoritária, para os setores acima, seria preciso conter as movimentações pela esquerda, com seus movimentos operários que disputavam, pelas bandeiras do anarquismo e comunismo, a direção de uma sonhada revolução proletária. Da parte da própria sociedade política, contestações ao regime vindas de um de seus aparelhos, o Exército, como o tenentismo e as Colunas Isidoro Dias Lopes e Prestes, levavam aos setores proprietários o temor de mudanças por vias que escapassem do seu controle. Este momento emblemático está compreendido no contexto em que a produção das idéias autoritárias sobre a construção de um Estado nacional brasileiro era compartilhada por grande parte dos intelectuais de vertentes ideológicas antagônicas, coincidente com a ascensão do fascismo europeu". Ver CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas. Niterói: Tese de Doutorado, 2007, p. 122.

<sup>38</sup> Conforme Carneiro, "Em tempos de crise e rupturas, a arte mais que nunca, torna-se meio importante para críticas à exposição de idéias. E, em 1922, a Semana de Arte Moderna, representou esse marco de intercessão cultura-política. As raízes do pensamento integralista podem ser buscadas a partir das investidas literárias do líder do movimento. Salgado, romancista brasileiro, foi participante da famosa Semana. Esta foi gerada no contexto das discussões sobre a nacionalidade brasileira que alcançava os mais diversos campos da intelectualidade o que, por sua vez, gerou mudanças irreversíveis na maneira da arte tratar o tema nação". CARNEIRO. Op. cit., p. 123.

traços ideológicos: nacionalismo, modernismo e espiritualismo. E todos já estavam sendo fomentados na década de 1920 no Brasil por grupos de intelectuais.<sup>39</sup>

A liderança política de Plínio Salgado e suas defesas ideológicas em relação às instituições estatais movimentaram milhares de pessoas para o movimento integralista. Salgado era considerado o chefe do movimento que tinha como princípio básico o respeito à hierarquia. Assim, todas as negociações e práticas do movimento deveriam emanar do líder. Este modelo de decisão centralizado se manteve durante a existência do Partido de Representação Popular: Salgado conseguiu manter, desde a criação até a extinção do partido, o poder concentrado nele. Mais do que líder do partido, entre seus apoiadores, ele era visto como uma providência divina para servir o Brasil.

De acordo com Calil:

O partido preparava as sessões públicas das quais Salgado participaria com grande cuidado, visando à preservação de sua “mística”. Para isto, recomendava-se aos diretórios promotores a preparação de um palco imponente, a formação de uma comissão de segurança, o rígido controle do ingresso na sessão, a irradiação obrigatória de seu discurso e a distribuição de convites visando garantir sempre um mínimo de 60% de correligionários na assistência. Também a fotografia de Salgado era reproduzida, comercializada e “inaugurada” nas sedes partidárias, em cerimônias ritualizadas. O misticismo era constantemente reforçado.<sup>40</sup>

A fundação do PRP inicialmente considerava a inclusão de “não-integralistas” para ocuparem os principais cargos no Diretório Nacional Provisório que foi estabelecido em 26 de setembro de 1945, pois no contexto político o ambiente não era propício para reunir os integrantes de um movimento fascista que tinha se desfeito há poucos anos atrás. A visão que o partido queria passar era de que estava sendo formado por católicos que não necessariamente por ex-integralistas. Entretanto, em 1946 com a volta de Plínio Salgado, inclusive como presidente do partido, essa versão foi alterada e o PRP passou a convocar todos os integralistas. Porém, não foram todos que se agregaram ao partido.

Ainda conforme Calil:

As diferentes versões sobre a participação de “não-integralistas” expressam contradições evidentes. Ao que parece, Salgado foi obrigado a assumir diretamente a presidência do PRP para não perder o controle sobre parte da militância integralista. Suas afirmações até meados de 1946 indicavam uma pretensão de priorizar a ação “social cultural” e “moral-espiritual” do integralismo, em

<sup>39</sup> Conforme Héglio Trindade: “A transformação das idéias no Brasil do pós-guerra é indissociável da formação ideológica de Plínio Salgado e, mais tarde, da fundação do movimento integralista. Ainda que o contexto fascista europeu tenha sido decisivo para a definição da natureza ideológica integralista e seu conteúdo fascista, não se pode desvinculá-la do clima intelectual da década de 1920, que constituiu a fonte onde o integralismo buscou suas raízes nacionais”. Ver Integralismo. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>. Acesso em 30/09/2021.

<sup>40</sup> CALIL. Op. cit., p. 347.

detrimento da participação direta na estruturação do PRP. Tal perspectiva foi claramente modificada com seu regresso ao Brasil. Assim, a versão inicial de que a estruturação do partido era uma iniciativa de "não integralistas" deixou de ser vantajosa e foi progressivamente abandonada e relegada ao esquecimento, uma vez que se passou a convocar todos os integralistas a ingressarem em "seu partido".<sup>41</sup>

O primeiro Diretório Nacional Provisório foi formado por: Aducto d'Alencar Fernandes, como presidente; H. da Matta Barcellos, como Secretário Geral e Francisco Corrêa de Figueiredo, como Consultor Jurídico.<sup>42</sup> No entanto, foram outras personalidades que detiveram uma posição mais atuante dentro do partido e eram reconhecidas popularmente, tendo sido eleitos como deputados ou senadores que difundiam o discurso do partido durante a atuação do PRP. O primeiro presidente do partido, definido como provisório porque todos os articuladores e apoiadores da formação do PRP já desejavam e aguardavam a volta de Plínio Salgado, foi Fernando Cochrane. Era oficial da marinha e conhecido como o autor de um atentado frustrado contra Vargas em março de 1938 e um dos líderes militares da Insurreição de maio do mesmo ano.<sup>43</sup>

Raymundo Padilha, representante de Plínio Salgado no Brasil enquanto este esteve exilado em Portugal, fazia parte da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) criada por Salgado em 1932. A SEP tinha como objetivo "a divulgação da literatura fascista produzida no estrangeiro e a obra de escritores brasileiros identificados com idéias autoritárias".<sup>44</sup> A Sociedade foi o primeiro passo para a criação do movimento integralista no qual Padilha participou como um dos fundadores na seção niteroiense da AIB e atuou no movimento mesmo após sua dissolução pelo Estado Novo em 1937.

Com o fracasso da Insurreição Integralista e o exílio de Plínio Salgado em Portugal, Raymundo Padilha foi indicado para a chefia do movimento no Brasil. Era quem articulava com outros integrantes do movimento e se comunicava com Plínio para as diretrizes e ações que seriam tomadas, seguindo assim até ser considerado como um dos líderes na formação do PRP. Pela legenda, Padilha assumiu o mandato como deputado federal pelo Rio de Janeiro, entre 1950 e 54.<sup>45</sup>

---

<sup>41</sup>: CALIL. Op. cit., p. 227.

<sup>42</sup> **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1945, p. 9. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&pasta=ano%20194&pagfis=28089](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&pasta=ano%20194&pagfis=28089). Acesso em 28/09/2021.

<sup>43</sup> CALIL. Op. cit., p. 226. Ver também Partido de Representação Popular. Disponível em [https://www.tse.jus.br/hotsites/registo\\_partidario/prp/arquivos/diretorioNacional.pdf](https://www.tse.jus.br/hotsites/registo_partidario/prp/arquivos/diretorioNacional.pdf). Acesso em 18/10/2021.

<sup>44</sup> Ver Raimundo Padilha. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-delmiriano-padilha>. Acesso em 30/09/2021.

<sup>45</sup> Ver tabela com a relação de deputados e senadores pelo PRP em CALIL. Op. cit., p. 269.

Outra personalidade importante na formação do partido foi Loureiro Júnior, antigo integralista e genro de Plínio Salgado, com quem igualmente o chefe dos integralistas trocava correspondências (sobre as negociações para o movimento e a formação do partido) durante seu exílio. Loureiro também foi considerado um dos líderes do movimento integralista no Brasil.<sup>46</sup> O ex-integralista elegeu-se no pleito de janeiro de 1947 como deputado estadual em São Paulo, pela legenda do Partido de Representação Popular.<sup>47</sup>

Loureiro Junior, Raymundo Padilha e Plínio Salgado foram presos em 1939 após as tentativas de golpe contra o Estado Novo. A Insurreição Integralista ocorreu em 11 de maio de 1938, no Rio de Janeiro, sob a liderança dos integralistas com objetivo de depor Vargas. O levante foi uma reação à dissolução das organizações políticas pelo Estado Novo, inclusive a AIB, que se sentiu traída pelo ditador. Apesar de ter sido planejado para alcançar todo o país, com apoio de oposicionistas liberais, e contando com a precária resistência legalista, a revolta foi contida poucas horas após seu início. Após sua prisão, Salgado se exilou em Portugal.<sup>48</sup> Personalidades como Olbiano de Melo<sup>49</sup> e Luis Compagnoni<sup>50</sup>, dentre outros ex-integrantes da AIB, articularam para a formação do PRP em 1945.

Apesar de buscarem uma formação que modificasse as bases do partido para atuar na experiência democrática após 1945, o Partido de Representação Popular não conseguiu se desvincular da Ação Integralista Brasileira por completo. Os filiados do partido eram majoritariamente ex-integrantes da AIB e os resquícios ideológicos do movimento integralista permaneceram até a extinção do partido.<sup>51</sup>

---

<sup>46</sup> “No entanto, a correspondência privada trocada entre Salgado e os líderes integralistas no Brasil (particularmente com seu “representante no Brasil” Raymundo Padilha e seu genro Loureiro Júnior) e as reelaborações posteriores (das quais a mais detalhada é a produzida por Olbiano de Melo) evidenciam que os integralistas aceleravam suas articulações”. CALIL. Op. cit., p. 214.

<sup>47</sup> Ver José Loureiro Junior. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/loureiro-junior-jose>. Acesso em 30/09/2021.

<sup>48</sup> Ver Revolta Integralista. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-integralista>. Acesso em 30/09/2021.

<sup>49</sup> Ver Olbiano Gomes de Melo. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olbiano-gomes-de-melo>. Acesso em 30/09/2021.

<sup>50</sup> Ver Luis Alexandre Compagnoni. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/compagnoni-luis-alexandre>. Acesso em 30/09/2021.

<sup>51</sup> Conforme Calil: “Os signatários da Carta Aberta à Nação Brasileira eram bastante representativos da liderança integralista, incluindo 19 ex-membros da “Câmara dos Quarenta” da Ação Integralista Brasileira e a maior parte de seus antigos “chefes provinciais”. Dentre eles estavam alguns dos mais conhecidos seguidores de Plínio Salgado, como Gustavo Barroso, Olbiano de Melo, Alberto Cotrim Neto, Antônio Coelho Branco, Custódio de Viveiros, Jayme Ferreira da Silva, Oscar Machado, João Carlos Fairbanks, Marcel da Silva Telles, Loureiro Júnior e Fernando Cochrane, além de seu “representante no Brasil”, Raymundo Padilha. À exceção de Barroso, todos os demais participaram da constituição do Partido de Representação Popular”. CALIL. Op. Cit., p. 215.

O primeiro programa do Partido de Representação Popular foi aprovado no dia 26 de setembro de 1945.

Primeiramente, o partido instituiu os direitos fundamentais da pessoa no qual “o Estado não pode ter sobre a pessoa humana direitos absolutos”, estabelecendo como papel do Estado a garantia das liberdades individuais dos cidadãos que possuem o direito de serem protegidos para “cumprirem a função destinada por Deus para eles”.<sup>52</sup>

O segundo ponto no programa é a “Consagração da Democracia”, no qual defendem um governo republicano, federativo, a independência e harmonia dos poderes, considerando a livre manifestação do pensamento, o direito de locomoção, os direitos políticos de associação e a liberdade religiosa de cultos como essenciais à democracia<sup>53</sup>. Percebemos que o programa do partido, apesar do discurso cristão e de repulsa a qualquer expressão política que tratasse da defesa de um pensamento mais à esquerda do espectro político, apresentou um caráter mediador de defesa dos direitos políticos e civis. Entretanto, o partido não se manifestou a respeito dos direitos sociais. Como vimos no capítulo anterior, a manutenção dos direitos sociais foi ponto fulcral nas reivindicações durante a redemocratização de 1945.

A terceira colocação do partido é sobre a Unidade Orgânica da Pátria que estava unida pela ideia da miscigenação, como citam:

Produto da fusão de raças oriundas de três continentes, plasmou a Nação Brasileira sua unidade e realizou sua grandeza com a colaboração valiosa dos elementos resultantes desse caldeamento. Formou-se, assim, dentro das fronteiras nacionais uma unidade espiritual, que, através de todos os tempos e não obstante de todas as vicissitudes, se manifestou inalterável e hoje se apresenta despida de preconceitos de qualquer natureza.<sup>54</sup>

O Partido de Representação Popular defendia a noção de que a miscigenação no Brasil formou uma “unidade espiritual”, na qual todos se tornaram iguais perante a lei e condenavam qualquer procedimento que pudesse provocar a ruptura dessa unidade. É interessante perceber a influência da interpretação de que as raças estavam culturalmente híbridas no século XX a partir das concepções do modernismo no Brasil e o quanto os movimentos modernistas tentaram buscar na sociedade miscigenada e no interior do Brasil a nossa nacionalidade, que englobaria a todos numa identificação do que é ser brasileiro.

A idealização da democracia ou da igualdade racial surgiu ao tentar erradicar o pensamento de que o passado escravista não gerou profundas discrepâncias sociais: isso não

---

<sup>52</sup> Programa do Partido de Representação Popular, p. 1. Disponível em [https://www.tse.jus.br/hotsites/registro\\_partidario/prp/arquivos/programa.pdf](https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/prp/arquivos/programa.pdf). Acesso 30/09/2021.

<sup>53</sup> Programa do Partido de Representação Popular. Op. cit., p. 2.

<sup>54</sup> Programa do Partido de Representação Popular. Op. cit., p. 2.

era mais incômodo para a população brasileira por estar presenciando um momento de liberdade, de República, em que as raças estavam misturadas, miscigenadas, culturalmente híbridas. A autora Mônica Pimenta Velloso analisa essas nuances da modernidade e a questão nacional, afirmando um marco interessante ao citar que:

A modernidade foi marcada, portanto, por esse caráter profundamente excludente. Existia uma descrença na capacidade da população negra e mestiça. Por isso, a adoção de práticas democráticas mostrou-se tão problemática. A civilização não implicava a democratização social, mas, antes, no reforço dos ideais aristocratizantes. No Rio de Janeiro, em particular, acabaram-se criando novos mecanismos de exclusão social, já que a abolição da escravidão – pelo menos em teoria – determinava a igualdade de direitos. Os ideais civilizatórios passaram a ser claramente endereçados às elites.<sup>55</sup>

Para finalizar esse ponto da unidade espiritual, o partido defende que “sejam condenados e proscritos, com ardor patriótico, embora com espírito cristão, todas as ideologias, que possam vir a comprometer a unidade espiritual e pôr em perigo mortal a grandeza e o futuro do Brasil”. Dessa conclusão subentende-se que o partido não aceitava a ideia de miscigenação atrelada à “democracia racial” como racista, já que a interpretação comprometeria a unidade do partido.

A quarta proposta do PRP foi intitulada de "Engrandecimento Moral, Intelectual e Econômico da Nação", com incentivo à educação do povo brasileiro e de combate a qualquer tendência de monopólio educativo. Tema importante para o partido era a adoção do ensino religioso nas escolas em respeito à crença de cada um, o apoio à formação da família assegurado o casamento religioso e a sua indissolubilidade e também a defesa da assistência espiritual aos estabelecimentos militares e hospitalares.

O interesse de Plínio Salgado nas políticas educacionais era antigo e um aspecto importante para o Integralismo. Inclusive, o propósito de Salgado de ocupar o Ministério da Educação e Saúde Pública, após a implantação do Estado Novo, foi um dos motivos para a tentativa de golpe em 1938.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Pp. 362.

<sup>56</sup> Conforme Heloisa Menandro: “Com a decretação do Estado Novo, os integralistas tiveram a falsa impressão de que Vargas os convidaria para participar do governo. Havia mesmo a expectativa de que o líder da organização iria ocupar a pasta da Educação. A primeira decepção dos integralistas ocorreu no próprio dia 10 de novembro, quando Getúlio não fez a menor alusão ao integralismo no discurso de apresentação do Estado Novo. Essa suspeita de exclusão foi confirmada em 3 de dezembro, ao ser decretada por Vargas a dissolução de todos os partidos políticos, inclusive da AIB”. Ver Revolta Integralista. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-integralista>. Acesso em 06/10/2021.

A educação ocupou lugar central na doutrina integralista. As premissas filosóficas e educacionais da AIB foram estabelecidas pela Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que objetivava: desenvolver a personalidade e o sentimento cívico, através do estímulo à educação física (prática de esportes, excursões e passeios) e intelectual (instrução primária, educação moral e cívica), no princípio da ordem e da autoridade.<sup>57</sup> A educação que o movimento integralista apoiou e definiu como essencial para a construção da nação era formal, moral e cívica e tinha como objetivo reunir a juventude em torno da ideologia/filosofia do partido que era baseada no culto a Deus, à Pátria e à Família.<sup>58</sup> Como podemos observar essas pautas permaneceram presentes na construção ideológica do PRP.

Sobre as leis de trabalho e previdência social, o partido apenas propunha que fossem “racionalizadas, dentro dos preceitos de justiça social e dos princípios da ordem cristã”. Seguindo o texto, a agremiação se manifestou a favor da preservação da propriedade individual, reconheceu a necessidade da fixação do homem na terra, prevendo assistência e verbas.<sup>59</sup> A parca defesa do PRP em prol dos direitos sociais pode ser analisada pela crença no humanismo espiritualista – princípio cristão de justiça – e na visão harmônica da organização da vida em sociedade ou corporativista. Aliás, concepções presentes na doutrina integralista dos anos de 1930.

Na “Preservação do Prestígio Internacional do Brasil” elogiou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), por seus integrantes terem coberto “de glória a bandeira da Pátria nos campos de luta na Europa, posição que eleva o país ao plano das grandes potências”. Finalizou afirmando que o Brasil para ser respeitado no continente americano precisava manter a preservação da paz e o princípio da livre determinação dos povos.<sup>60</sup>

No último ponto e não menos importante, o PRP abordou sobre a profissão da fé, colocando-se como o partido que tem “a Pátria acima de tudo e incentiva o respeito e a confiança às Forças Armadas como defensoras da dignidade da pátria”. Encerra defendendo um Estado democrático de direito, cujas leis deveriam ser formuladas no espírito cristão de liberdade e justiça.<sup>61</sup> Sempre se posicionando como um partido de bases cristãs, o PRP adotava a espiritualidade como premissa básica para a construção da nação brasileira.

---

<sup>57</sup> Ver Sociedade de Estudos Políticos. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-de-estudos-politicos-sep>. Acesso em 06/10/2021.

<sup>58</sup> CARNEIRO. Op. cit., pp. 132 a 133.

<sup>59</sup> Programa do Partido de Representação Popular. Op. cit., p. 2.

<sup>60</sup> Programa do Partido de Representação Popular. Op. cit., p. 5.

<sup>61</sup> Programa do Partido de Representação Popular. Op. cit., p. 6.

Após uma breve análise do conteúdo programático do PRP, percebemos uma constante valorização, até uma exaltação, de instituições como a Igreja e o Exército e de grupos sociais, como as elites nacionais. Estas prioridades indicam ao menos duas perspectivas. Por um lado, o tom democrático do partido era necessário para que ele se inserisse na conjuntura política internacional de derrota dos regimes nazifascistas após 1945 e ao processo da redemocratização no Brasil. Por outro lado, O PRP conservava a crença nas doutrinas cristã e nacionalista como forma de manter a unidade do país, o desenvolvimento econômico e a justiça social, para afugentar o liberalismo e o comunismo. Segundo Gonçalves e Caldeira Neto, o nacionalismo do PRP ficou restrito a atos simbólicos de patriotismo e o discurso anticomunista era baseado em princípios cristãos.<sup>62</sup>

O Partido de Representação Popular tentou se adaptar ao contexto político democrático após 1945, apoiando o sistema pluripartidário, disputando os pleitos eleitorais e se manifestando contra os regimes autoritários, porém sua base ideológica para a construção da nação ainda se alinhava com os ideais do movimento integralista dos anos de 1930. Como veremos no próximo capítulo, o partido não conseguiu sustentar a imagem de democrático e antifascista.

---

<sup>62</sup> Ver GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. Pp. 82.

### Capítulo 3 - O PRP na Imprensa

A imprensa jornalística, mais precisamente do Rio de Janeiro, recorrentemente abordava as propostas e ações do Partido de Representação Popular. A formação e a atuação do partido foram anunciadas como uma reorganização do Movimento Integralista em várias matérias. Através da imprensa do período percebemos que a rearticulação dos integralistas num partido político não seria uma tarefa simples, pois além da ampla campanha contra o Integralismo realizada desde o Estado Novo, a conjuntura política em 1945 de oposição ao fascismo mobilizaram protestos contra o PRP.

No entanto, o desafio para o Partido de Representação Popular era se mostrar democrático e de acordo com a ordem vigente. No contexto do pós-segunda guerra, o partido tinha como pontos de destaque em seus discursos o anticomunismo e a espiritualidade, o que abriu espaço para alguns resultados eleitorais e conseguiu reunir aliados já que a religião e o anticomunismo como finalidade política eram partilhadas por diversos grupos.

Através das fontes jornalísticas encontradas compreendemos que o PRP não se desvinculou dos ideais integralistas, muito pelo contrário. Eles convocaram os ex-integrantes do movimento ou novos adeptos para que construíssem o ideário de país integralista nos moldes da nova conjuntura política. Os jornais que deram mais destaques ao partido foram o **Diário de Notícias** e o **Correio da Manhã**, ambos publicados no Rio de Janeiro.

O **Diário de Notícias** foi fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Dantas. O matutino surgiu em um contexto de debate e agitação política, acompanhando os acontecimentos que antecederam a Revolução de 1930. Desde então o editorial deixou claro seu posicionamento político a favor da desestruturação das oligarquias e dos princípios liberais como agente de “transformação da sociedade” brasileira. Durante a redemocratização de 1945, com o lançamento das candidaturas à presidência da República, o **Diário de Notícias** apoiou o candidato Eduardo Gomes, indicado pela União Democrática Nacional, e denunciou o movimento queremista que defendia a Constituinte com Getúlio. Durante o mandato de Dutra, período em que o PRP começou a atuar politicamente, o jornal manteve uma posição crítica em relação ao governo de coligação pessedista e trabalhista.

De acordo com o **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**, publicado em parceria com o CPDOC e a Fundação Getúlio Vargas, o **Diário de Notícias** apoiou algumas realizações da administração Dutra, tais como o combate às forças esquerdistas, a proibição da prática do jogo do bicho, além das medidas liberais de ordem econômica. Em relação à

política externa o **Diário de Notícias** defendia uma efetiva cooperação continental, enfatizando, entretanto, suas predileções por uma política especial de aproximação com os EUA.<sup>63</sup> O periódico saiu de circulação em 1974.

Em relação a atuação do Partido de Representação Popular, as matérias publicadas pelo jornal mantiveram o tom crítico, acusando o PRP de ser uma organização partidária que abrigava ex-integralistas, inclusive denunciando-os como fascistas.

Em 04 de Novembro de 1945, o **Diário de Notícias** publicou:

[...] tendo informações de que tomariam parte na convenção conhecidos próceres integralistas, inclusive antigos chefes provinciais, obtivemos confirmação, através do próprio portador do convite que nos foi trazido, de que numerosos elementos do novo partido eram adeptos do sigma, apenas adiantando que também havia nele filiados não integralistas.

[...] a predominância do fascismo verde no Partido de Representação Popular, todavia, ficou evidenciada na convenção presidida pelo ex-procer integralista Cochrane, oficial reformado da Marinha, e na qual os oradores se referiram com especial devoção a Plínio Salgado, a quem chamaram: o grande ausente.<sup>64</sup>

O jornal **Correio da Manhã** atuou por 73 anos reportando o cenário nacional e internacional, sendo fundado em 15 de junho de 1901 e extinto em 08 de julho de 1974. Foi um dos jornais de grande destaque na imprensa brasileira e era reconhecido como um “jornal de opinião”.<sup>65</sup> O editorial tinha como viés ideológico tradições liberais e assim como o **Diário de Notícias** fez oposição ao governo de Getúlio Vargas desde a década de 1930. Durante a redemocratização de 1945 apoiou a candidatura de Eduardo Gomes (UDN).<sup>66</sup>

No dia 14 de novembro de 1945 o **Correio da Manhã** publicou um artigo com o título Contumácia e teceu críticas à teimosia e insistência dos antigos membros do integralismo em persistirem na política partidária. O editorial declarou:

<sup>63</sup> Ver **Diário de Notícias**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>. Acesso em 20/06/2022.

<sup>64</sup> Ver Predominância Integralista no Partido de Representação Popular. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq=%22integralismo%22&pagfis=25188](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22integralismo%22&pagfis=25188). Acesso em 20/06/2022.

<sup>65</sup> Com o enfraquecimento do Estado Novo, o **Correio da Manhã** foi o primeiro jornal brasileiro a romper as barreiras da censura, ao publicar em fevereiro de 1945 a entrevista com José Américo de Almeida criticando a ditadura. O jornal abria assim o caminho para outras manifestações de oposição da imprensa. Vargas foi deposto em 29 de outubro desse ano, e em dezembro realizaram-se eleições. Paulo Bittencourt apoiou o candidato à presidência da República lançado pela União Democrática Nacional (UDN), brigadeiro Eduardo Gomes, seu amigo de infância, contra o candidato do Partido Social Democrático (PSD), general Eurico Gaspar Dutra. Derrotado o brigadeiro, o **Correio** fez oposição não só ao novo governo, como também à UDN pela sua proposta de união nacional em torno do presidente Dutra. Paulo Bittencourt foi diretor do jornal entre 1929 a 1963. Ver Paulo Bittencourt. Disponível em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bittencourt-paulo>. Acesso em 20/06/2022.

<sup>66</sup> Ver **Correio da Manhã**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em 20/06/2022.

[...] os responsáveis pelo golpe integralista de 11 de maio de 1938 reapareceram agora com uma segunda publicação, depois daquela Carta-Aberta já fartamente comentada. Voltam desta vez para prestigiar a organização fascista aparecida sob o rótulo de Partido de Representação Popular, o que fazem repetindo o nome e frases do chefe integralista que se acha no exílio por ter querido ensanguentar primeiro o Brasil, antes de dar conta dos indiferentes.<sup>67</sup>

O **Correio da Manhã** prosseguiu criticando a questão da espiritualidade que o PRP ressaltava em seu programa partidário. Segundo o editorial:

[...] no estilo ousado de sempre, reeditam o fraseado das cartilhas fascistas, apresentando-se como missionários da salvação de um país que não está e nunca esteve perdido senão para os aventureiros. Mais ainda, estão se fazendo salvadores também de alma, ao exigirem: “reformas mais radicais, que comecem pelo próprio homem, tanto mais infeliz quanto mais afastado de Deus, e terminem na sociedade, que é obviamente a resultante de seus componentes individuais”.<sup>68</sup>

Plínio Salgado retornou do exílio em Portugal no dia 16 de agosto de 1946 e assumiu presencialmente a presidência do Partido de Representação Popular. Antes de sua volta ao Brasil, as instruções eram dadas a Raymundo Padilha através das correspondências. Padilha, neste período de formação do partido até o ano de 1946, ocupou temporariamente o papel de presidente do partido, porém todas as ideias e decisões passavam pelo crivo de Plínio Salgado. Como afirmam Leandro Pereira Gonçalves e Odilon Caldeira Neto:

A imprensa estava atenta aos acontecimentos, como o **Diário de Notícias**, que analisou a orientação de Plínio Salgado aos militantes “que sejam postos de lado os símbolos que identificavam os componentes do *Sigma*, bem como que seja abolido o famoso *Anauê*, mantidos, porém, os princípios – Deus, Pátria e Família”. Esse é o documento que assinala a mudança da trajetória de Plínio Salgado e, conseqüentemente, do integralismo.<sup>69</sup>

Além das modificações simbólicas, como o abandono dos rituais integralistas, uma nova doutrina política foi necessária para que o PRP se integrasse às práticas políticas democráticas após 1945. Interessante observar a posição que Salgado assumiu dentro da organização. Assim como no Movimento Integralista, existia no PRP a posição central do “chefe” e Plínio ocupou o posto com eficiente controle da estrutura partidária e não sofreu contestações.<sup>70</sup> Esta hierarquia era bastante observado pela mídia jornalística.

<sup>67</sup> Ver Contumácia. **Correio da Manhã**. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&pasta=ano%20194&pesq=%22Contum%C3%A1cia%22&pagfis=28666](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&pasta=ano%20194&pesq=%22Contum%C3%A1cia%22&pagfis=28666). Acesso em 21/03/2022.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **Op. cit.**, p. 78

<sup>70</sup> “Por mais que tentasse negar publicamente um papel de liderança – parte de uma estratégia política –, não conseguia desvincular-se da imagem de chefe. Não havia alternativa. Foi aclamado como presidente do PRP, estabelecendo a transição de chefe nacional a presidente de partido”. GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **Op. cit.**, p. 81.

A veneração ao chefe é comentada por Serge Berstein ao analisar o poder no partido político. O autor afirma que a simples existência de um partido abrange naturalmente uma “oligarquia de dirigentes” que se torna praticamente irremovível. Entretanto, conclui que há uma linha democrática que consegue transpassar a proteção da oligarquia e sustenta:

Por fim, parece impor-se a conclusão (que seria necessário escorar com outros trabalhos) de que, num partido de tradição democrática onde os membros constituem uma realidade, é a opinião deles que em última análise prevalece, apesar das tendências oligárquicas reais, que conseguem retardar ou nuançar as tendências dominantes da base, mas jamais anulá-las.<sup>71</sup>

Apesar da militância do partido sempre apoiar a liderança de Plínio Salgado, através da pesquisa, percebemos que essa aclamação ao chefe é consequência de um saudosismo ao Movimento Integralista. O carisma e a reverência ao chefe do partido estavam baseados na sua capacidade intelectual de convencimento, no eficaz uso das palavras e no apelo à espiritualidade. O que evoca uma formação política mais particular, com características fascistas.<sup>72</sup>

Embora os editoriais dos jornais **Diário de Notícias** e **Correio da Manhã** fossem guiados ideologicamente por uma tendência mais conservadora do espectro político, eles faziam coberturas negativas a respeito do programa e da ação do Partido de Representação Popular, desde o seu processo de formação.

Como afirma Calil:

Apesar do recuo da retomada do legado integralista dos anos 30, o conjunto de políticas adotadas pelo movimento em meados dos anos 50 efetivamente modificou sua configuração. A criação de entidades extrapartidárias, a independência partidária, o lançamento de candidatura própria à presidência em 1955, e o resgate da simbologia integralista deram maior visibilidade ao movimento e modificaram sua estrutura interna. Ainda que não tenha determinado o retorno à perspectiva estratégica adotada nos anos 30 – a tentativa de tomada do poder através de uma “guerra de movimento” – o que, de resto, seria anacrônico no contexto dos anos 50, as novas táticas adotadas foram importantes, dotando o movimento de novos instrumentos (as entidades extrapartidárias), possibilitando que seu discurso tivesse maior repercussão pública (candidatura presidencial em 1955) e impedindo que perdesse sua identidade (retomada do legado integralista) e que o PRP fosse absorvido pelos seus aliados eleitorais (independência partidária).<sup>73</sup>

Durante o processo eleitoral de 1945, o **Correio da Manhã** e o **Diário de Notícias** adotaram posturas críticas ao PRP por causa de sua defesa pela continuidade de Getúlio

<sup>71</sup> BERSTEIN, Serge. **Op. Cit.**, p. 86.

<sup>72</sup> “Se pusermos de lado formações muito particulares como os partidos fascistas, em que, por definição, o poder é o apanágio de um chefe carismático que representa a massa em nome de princípios misteriosos, que nada devem à eleição, a maioria dos partidos políticos modernos se quer democrática. O que significa que o poder supostamente pertence ao conjunto dos membros, que designam democraticamente seus chefes”. BERSTEIN, **Op. Cit.**, p. 83.

<sup>73</sup> CALIL, **Op. cit.**, p. 531.

Vargas na política brasileira até a promulgação de uma nova constituição e depois pelo seu apoio à candidatura do Eurico Gaspar Dutra, interpretada pelos jornais como uma extensão do getulismo.<sup>74</sup> Além disso, o histórico de associação direta com o fascismo era sempre lembrado no meio político e midiático, o que ocasionava dificuldades para o partido. Em 1945 tinham se passado apenas 07 anos desde o exílio de Plínio Salgado e o início do ostracismo do Movimento Integralista no Brasil. A memória e a experiência histórica da Ação Integralista Brasileira ainda estavam muito vivas na sociedade brasileira. O outro motivo para a mídia ter condenado a formação do PRP era o contexto político mundial de oposição ao fascismo, que incentivou liberais, comunistas, intelectuais e organizações sociais na defesa da democracia e liberdade.

O PRP, apesar das desavenças vivenciadas com Vargas no passado<sup>75</sup>, declarou apoio a Dutra, pois obteve resposta mais positiva do candidato acerca do seu programa partidário.<sup>76</sup> Os integrantes e simpatizantes do partido depositaram mais confiança na plataforma do Partido Social Democrático (PSD), em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e apoiaram intensamente a campanha política Dutra, em disputa com a União Democrática Nacional (UDN) e seu candidato, o brigadeiro Eduardo Gomes.

O **Correio da Manhã**, no dia 23 de novembro de 1945, publicou uma entrevista concedida por um partidário do PRP feita em uma sessão realizada no Instituto Nacional de Música. O entrevistado (que não teve seu nome citado) respondeu com bastante empolgação as razões do apoio ao general Dutra. Em suas palavras:

O Partido de Representação Popular vai concorrer às eleições, suas ideias são sabidas e **não nos envergonhamos de proclamar os nossos ideais integralistas**. Para realizar o nosso programa temos um candidato que se acha presente à luta. O nosso candidato é o general Eurico Gaspar Dutra. E não o escolhemos ao acaso. Nossa preferência esteve sempre isenta de vacilações: prescindiu de consultas. Foi imediata e unânime. O passado do general Eurico Gaspar Dutra **recomendou-o desde o início à confiança dos integralistas de todo o Brasil**. No decurso de sua vida pública, tem sido a bem dizer, um **perfeito**

---

<sup>74</sup> Conforme Calil: “Embora discreto, o apoio de Dutra foi da maior importância para a legalização do PRP, desde as pressões que exerceu em 1945 pela diminuição da exigência de filiações, passando pelo decreto de 1946 que excluía o PRP da exigência de contar com um mínimo de 50.000 filiados imposta pela nova legislação e se completando pela oposição ao processo contra o PRP em 1948”. CALIL. Op. Cit., p. 233.

<sup>75</sup> Além do levante Integralista de 1938 e a tentativa de assassinato de Getúlio Vargas, “durante o Estado Novo houve uma ampla campanha contra o integralismo. Uma rearticulação integralista não era simples, pois existia um clima acentuadamente hostil contra os camisas-verdes”. GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **Op. cit.**, p. 77.

<sup>76</sup> CALIL. Op. cit., p. 385.

**integralista** embora nunca tivesse vestido **a nossa gloriosa camisa verde**. (Grifos nossos)<sup>77</sup>

De fato, a estratégia de apoiar Dutra trouxe proveito eleitoral para o PRP, que mesmo sendo denunciado várias vezes na mídia como um partido fascista, conseguiu durante as décadas de 1940 e 1950 eleger deputados federais, senadores, deputados estaduais, governador e até mesmo prosseguir com a candidatura de Plínio Salgado para presidência da República em 1955.<sup>78</sup>

A postura de Dutra em relação ao PRP ocorreu de forma completamente diferente se comparado à sua atitude em relação ao Partido Comunista do Brasil. O PCB foi extinto em 1947 e teve que sobreviver na clandestinidade. Por ocasião do cancelamento do registro do partido comunista desencadeou-se uma polêmica em relação ao futuro do PRP. Para muitos o partido deveria ser igualmente fechado, já que conservava em seu programa princípios da ideologia fascista. O PRP foi mantido pelo fato de ter propositalmente adotado uma política de alianças com os outros partidos em todo o país. Através dessas alianças, o PRP pretendia ser dissociado do fascismo. A aversão ao comunismo em diversos setores políticos e sociais brasileiros colocou o PCB na ilegalidade, mas a manutenção do conservadorismo nestes mesmos setores ajudou na organização e manutenção do PRP.<sup>79</sup>

Conforme Carneiro:

Diante da perspectiva de o integralismo poder continuar existindo e resistindo através de um partido, antigos militantes da AIB tornam-se representantes no Congresso Nacional e eram os chamados “populistas”, como Goffredo do S. Telles, que foi Deputado Federal por São Paulo nos períodos legislativos de 1946, como constituinte [...]. O outro integralista, Raymundo Padilha, virou deputado em 1952 e, em 1971, foi nomeado pela ditadura governador do Estado do Rio. Com a extinção dos antigos partidos em 1965, ingressou mais tarde na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), criada para auxiliar na sustentação do novo regime.<sup>80</sup>

Voltando a entrevista concedida ao **Correio da Manhã**, mesmo durante um contexto mundial de movimentos antifascistas, os partidários do PRP fizeram a saudação integralista “Anauê” para reverenciar o apoio ao general Dutra, sem que sofressem nenhuma represália. Além das menções às simbologias, como por exemplo, o uso da camisa verde.

<sup>77</sup> Ver Ao General Dutra – Anauê! Anauê! Anauê! Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=28814](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=28814). Acesso em 23/06/2022.

<sup>78</sup> Ver “Perfil Social dos Deputados Federais e Senadores do PRP” em CALIL. Op. Cit., p. 269.

<sup>79</sup> CALIL. Op. Cit., p. 233.

<sup>80</sup> CARNEIRO. Op. cit., p. 144.

O esforço discursivo para a construção de um partido democrático foi logo se esvaindo durante a sua atuação, e como podemos ver com base nas fontes jornalísticas, esse empenho não foi visualizado entre os filiados ao partido, que se declaravam apoiadores e entusiastas das ideias e dos objetivos integralistas.

Outra evidência que comprovou a exaltação ao Movimento Integralista foi o discurso pronunciado por Raymundo Padilha no dia 09 de novembro de 1945, publicado pelo **Diário de Notícias**.<sup>81</sup> O representante de Plínio Salgado no Brasil deu início ao seu discurso se dedicando primeiramente “aos integralistas” e, logo em seguida, “aos brasileiros de boa vontade”<sup>82</sup>. O que podemos observar é que apesar da nova roupagem que o partido precisou vestir para atuar politicamente de 1945 em diante, ele não teria sobrevivido sem a unificação dos integralistas e as coligações com outros partidos de espectro conservador.

Padilha prosseguiu seu discurso destacando os anos de exílio dos integralistas e a interrupção das atividades políticas da AIB, a qual teve que “impõe-se considerar retrospectivamente os últimos anos durante os quais, suprimidos todos os meios de expressão de pensamento, uma só liberdade logrou perdurar: a de insultar e caluniar os integralistas numa campanha sistematicamente organizada [...]”. Retornar essa memória saudosista, de injustiça e perseguição sofrida pela AIB pôde estimular os membros do antigo movimento a buscarem legitimidade e atuação no quadro de partidos políticos de 1945.

Continuou analisando o contexto político de 1945, o pós-guerra e as movimentações sociais que acompanharam esse período no Brasil e colocou a culpa de toda “bagunça econômica e social” nas forças comunistas. Com este propósito Padilha declarou:

Entretanto, observávamos também o comunismo e os abundantes frutos de sua colheita em nossa desorganizada vida econômica e social. Vimos os **sindicatos como instrumento de agitação revolucionária** e, salvo a **Igreja e as Forças Armadas**, todos os órgãos conservadores ou se tornarem colaboracionistas com o bolchevismo ou se encolhiam [...]. (Grifos nossos).<sup>83</sup>

Ressaltou os mesmos pilares que eram importantes e essenciais ao Movimento Integralista e demonizou as organizações sociais que voltaram a se mobilizar no período da

---

<sup>81</sup> Ver O Integralismo e o Partido de Representação Popular – na palavra do Sr. Raymundo Padilha. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=25296](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=25296). Acesso em 29/06/2022. Vale uma curiosidade: o discurso foi pronunciado na rádio Mayrink Veiga, a mesma que a AIB pretendia tomar durante a conspiração para a prisão de Getúlio Vargas, com objetivo de emitir o sinal da AIB e do levante para todo o país. O que foi mais uma tentativa frustrada realizada um pouco antes do levante Integralista de 1938

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem.

redemocratização. Do mesmo modo exaltou a opção que seria mais viável ao declarar que “diante desses fatos de transcendente relevância, sentíamos cada vez mais a necessidade de manter a nossa **unidade doutrinária**, único meio de nos assegurarmos à **indispensável linha de equilíbrio** em face da confusão dos dias que transcorrem”. (Grifos nossos)<sup>84</sup>

É no mínimo curiosa a maneira como o Partido de Representação Popular se apresentava como o único capaz de trazer ou impor a ordem nacional. Se o PRP não conseguia ocupar o Poder Executivo nacional ou cargos no governo para estabelecer seu ordenamento ideológico, tentava difundir a visão de mundo semelhante à da Ação Integralista Brasileira, apenas contextualizada nos moldes exigidos após 1945.

Representantes do PRP buscaram como recurso discursivo o reconhecimento de ex-integralistas que foram perseguidos por estarem vivenciando um momento de rejeição do partido por parte da mídia jornalística e por parte dos movimentos sociais e estudantes universitários, que denunciavam a formação do partido.<sup>85</sup> Entretanto, vale ressaltar que, durante a pesquisa, pouco se observou dos candidatos à presidência da República ou políticos envolvidos no processo eleitoral, protestos contra o Partido de Representação Popular. Muito provável que essa questão estava “fora de pauta” pelo fato de o PRP não ter conseguido um bom rendimento eleitoral.<sup>86</sup>

Padilha, como voz do partido, afirmou: “logo, porém, que se ampliam os ângulos de observação em busca de um julgamento isento de **preconceitos**, o integralismo ressalta a **pureza da sua cidadania** duas vezes brasileira, porque **nacional e cristã!**” (Grifos nossos).

Estes trechos estão presentes logo no início de um discurso longo, mas podemos observar a mediação política que o PRP pretendia realizar. De acordo com Serge Berstein, a mediação política é a razão de ser dos partidos, é a tradução dos desejos de uma classe e se situa no espaço entre o problema e o discurso.<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Ver A U.M.E. se manifesta contra o Partido de Representação Popular Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&pasta=ano%20194&pagfis=28503&pagfis=28583](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&pasta=ano%20194&pagfis=28503&pagfis=28583). Acesso em 01/07/2020.

<sup>86</sup> Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o partido não elegeu nenhuma representação parlamentar. Nas eleições suplementares de janeiro de 1947, o PRP elegeu o governador do Paraná e 15 deputados estaduais distribuídos entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal. Na legenda do Partido Social Democrático (PSD) em coligação com o Partido de Representação Popular (PRP), Goffredo da Silva Telles Júnior foi eleito em 1945 deputado à Assembleia Nacional Constituinte Ver <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp> e <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/goffredo-da-silva-teles-junior>. Acesso em 06/08/2022.

<sup>87</sup> BERSTEIN. **Op. cit.**, p. 61.

Berstein traz uma concepção que se assemelha à atuação política do PRP, que é o modelo político de base de transformação, no qual o objetivo principal é não apenas gerir a sociedade, mas transformá-la.<sup>88</sup> A preocupação não estava somente em possuir uma expressão eleitoral, através de sua militância, contudo difundir uma ideia de sociedade que deveria ser “pura”, cristã e nacionalista. No caso do PRP, a maioria dos eleitores era integrantes da classe média, dos comerciantes e dos profissionais liberais.

Além de notarmos no discurso o apelo ideológico, os postulados políticos do PRP, anunciados em palavras-chave presentes no discurso de Padilha – a Igreja, as Forças Armadas, a Unidade Doutrinária, a Pureza da Cidadania, a Nacionalidade Cristã e o Equilíbrio para o bom funcionamento da sociedade –, eram comuns ao Movimento Integralista a capacidade de recrutar militantes e de convertê-los na defesa de seus princípios.

Apesar da tentativa de nova roupagem, de mudança para os moldes democráticos de 1945, percebemos que esse esforço por parte dos integrantes do PRP não foi bem-sucedido, visto que em todas as suas declarações públicas encontramos traços e particularidades que guiaram a doutrina integralista dentro do partido. Como podemos observar no último discurso aqui analisado, essa tentativa de se apresentarem como democratas ficou restrito apenas à submissão ao processo eleitoral.

---

<sup>88</sup> BERSTEIN. *Op. cit.*, p. 81.

## Considerações Finais

O processo de redemocratização em 1945 e o início do governo Dutra assentaram os pilares da democracia representativa no Brasil que perdurou até 1964. Os institutos formais dos governos democrático-representativos do período caracterizaram-se pela instauração do pluripartidarismo de abrangência nacional, pela representação parlamentar e pela escolha periódica dos chefes do Poder Executivo nacional, estaduais e municipais. Entretanto, este contexto de convivência democrática no Brasil teve características paradoxais.

Quando nos referimos especificamente aos partidos políticos, se por um lado visualizamos a cassação do Partido Comunista do Brasil e a perseguição aos comunistas, por outro lado, enxergamos o livre exercício da militância política dos integralistas e a manutenção do Partido de Representação Popular, com defesas reacionárias e denominado de fascista por opositoristas e alguns periódicos. Para usufruir o direito político existiam limites mais restritos para um grupo do que para outro. A repressão estava sempre pronta para impedir os protestos dos trabalhadores e, em particular, dos comunistas.

Visto que, tal como Serge Berstein, compreendemos o partido como um organismo vivo, detentor de uma cultura política compartilhada entre seus membros e que se origina de uma tradição, associamos o modo de desenvolvimento da estrutura ideológica e das atividades da Ação Integralista Brasileira e do Partido de Representação Popular. Assim, o Partido de Representação Popular (1945-1967) foi o herdeiro político-ideológico do Movimento Integralista da década de 1930.

Percebemos que existiu uma tensão de convergência e divergência entre a AIB e o PRP. Houve mudança dos nomes das organizações partidárias, mas a importância da figura do líder – capitaneada por Plínio Salgado –, o culto ao lema Deus, Pátria e Família, a oposição ao comunismo, a defesa do nacionalismo e a crença no espiritualismo estavam presentes na AIB e permaneceram no programa e na ação do Partido de Representação Popular. Sem o legado da doutrina e militância integralista, muito provavelmente, o PRP não teria o arcabouço ideológico para ser defendido e nem teria conseguido recrutar filiados. Durante sua existência, o PRP elegeu representações parlamentares e participou de governos estaduais por meio de coligações.

O programa do PRP pregava o Estado democrático de direito, a doutrina cristã e a espiritualidade como necessárias para a construção da nação brasileira. O partido valorizou a Igreja católica, o exército e as elites nacionais. Estas premissas sinalizaram a necessidade de

inserção do partido na conjuntura política internacional de derrota dos regimes nazifascistas, no processo da redemocratização no Brasil, na manutenção da unidade nacional, no desenvolvimento econômico e na defesa da justiça social para afugentar o liberalismo e o comunismo.

O Partido de Representação Popular tentou se adaptar ao contexto político democrático após 1945, integrando-se ao sistema pluripartidário, disputando os pleitos eleitorais e manifestando-se contra os regimes autoritários. Porém, sua base ideológica para a construção da nação ainda se alinhava com os ideais do Movimento Integralista dos anos de 1930 e, conseqüentemente, a fronteira entre a imagem de partido democrático e de partido de caráter fascista foi tênue.

Através das experiências do Movimento Integralista e sua sobrevivência após 1945, podemos compreender sua incorporação ao pensamento autoritário e à cultura política brasileiros com reflexos que seguem nos dias atuais. O lema Deus, Pátria e Família representou a pedra fundamental para o Movimento Integralista dos anos de 1930, para o Partido de Representação Popular entre 1945 e 1966, bem como para os protestos civis a favor do golpe civil-militar de 1964. Atualmente o recurso discursivo de exaltação à tríade é recorrente na política partidária.

## Fontes Primárias

A U.M.E. se manifesta contra o Partido de Representação Popular. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&past=ano%20194&pagfis=28503&pagfis=28583](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&past=ano%20194&pagfis=28503&pagfis=28583). Acesso em 01/07/2020.

Ao General Dutra – Anauê! Anauê! Anauê! Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=28814](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=28814). Acesso em 29/06/2022.

Contumácia. **Correio da Manhã.** Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_05&past=ano%20194&pesq=%22Contum%C3%A1cia%22&pagfis=28666](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_05&past=ano%20194&pesq=%22Contum%C3%A1cia%22&pagfis=28666). Acesso em 21/03/2022.

O Integralismo e o Partido de Representação Popular - na palavra do Sr. Raymundo Padilha. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&past=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=25296](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&past=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=25296). Acesso em 29/06/2022.

Predominância Integralista no Partido de Representação Popular. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq=%22integralismo%22&pagfis=25188](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%22integralismo%22&pagfis=25188). Acesso em 29/06/2022.

Ato Adicional. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ato-adicional#:~:text=Lei%20complementar%20promulgada%20por%20Get%C3%BAlio,instituindo%20outras%20medidas%20de%20redemocratiza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 29/09/2021.

Decreto-lei nº. 7.586. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del7586.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7586.htm). Acesso em 29/09/2021.

Partido de Representação Popular. Programa. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&past=ano%20194&pagfis=28089](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%22Partido%20de%20Representa%C3%A7%C3%A3o%20Popular%22&past=ano%20194&pagfis=28089). Acesso em 28/09/2021.

Partido de Representação Popular. Disponível em [https://www.tse.jus.br/hotsites/registro\\_partidario/prp/arquivos/diretorioNacional.pdf](https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/prp/arquivos/diretorioNacional.pdf). Acesso em 18/10/2021.

Programa do Partido de Representação Popular. Disponível em [https://www.tse.jus.br/hotsites/registro\\_partidario/prp/arquivos/programa.pdf](https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/prp/arquivos/programa.pdf). Acesso 30/09/2021.

Registro de Partidos Políticos 1945-1979. Disponível em <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/historico/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>. Acesso em 28/09/2021.

## Referências bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victória. **A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp.57-98.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra: a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro - o PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2005.

CAMARGO, Aspásia e outros. **O golpe silencioso. As origens da República corporativista**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do sigma ao sigma - entre a anta, a águia, o leão e o galo - a construção de memórias integralistas**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007.

LEAL, Carlos Eduardo. **Correio da Manhã**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em 20/06/2022.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Almeida de Neves (orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 127- 154.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Diário de Notícias**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>. Acesso em 20/06/2022.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da guerra fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 2000.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucci Leme. **Gofredo da Silva Telles Júnior**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gofredo-da-silva-teles-junior>. Acesso em 06/08/2022.

GOMES, Ângela de Castro. **Cidadania e direitos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

COUTINHO, Amélia. **Gustavo Dodt Barroso**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso>. Acesso em 30/09/2021.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>. Acesso em 30/09/2021.

José Loureiro Junior. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/loureiro-junior-jose>. Acesso em 30/09/2021

Luis Alexandre Compagnoni. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-dodt-barroso>. Acesso em 30/09/2021.

COUTINHO, Amélia. **Olbiano Gomes de Melo**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olbiano-gomes-de-melo>. Acesso em 30/09/2021.

COUTINHO, Amélia. **Raimundo Padilha**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-delmiriano-padilha>. Acesso em 30/09/2021.

Partido Trabalhista Brasileiro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-brasileiro-1945-1965>. Acesso em 29/09/2021.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Paulo Bittencourt**. Disponível em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bittencourt-paulo>. Acesso em 20/06/2022.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MENANDRO, Heloísa. **Revolta Integralista**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-integralista>. Acesso em 30/09/2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TRINDADE, Hégio. **Sociedade de Estudos Políticos**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-de-estudos-politicos-sep>. Acesso em 06/10/2021.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano. O tempo do**

**liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. 10. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

### **Declaração de autenticidade**

Eu, Mikaella Brenda Chrisóstomo Magalhães, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado Partido de Representação Popular: a convivência entre o fascismo e a democracia na redemocratização de 1945, foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 28 de agosto de 2022.

*Mikaella Brenda C. Magalhães*

---

Mikaella Brenda Chrisóstomo Magalhães